



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11970 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO FÓRUM SUL MINEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PELO DIREITO DEMOCRÁTICO À EDUCAÇÃO E À JUSTIÇA SOCIAL**

Carolina Faria Alvarenga - Universidade Federal de Lavras

Carolina de Souza Oliveira - UFLA - Universidade Federal de Lavras

Eliane Vianey de Carvalho - Centro Universitário de Lavras - Unilavras

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapemig / CNPq

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO FÓRUM SUL MINEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO DEMOCRÁTICO E JUSTIÇA SOCIAL**

Este trabalho insere-se em uma pesquisa em andamento, financiada pela Fapemig (2021-2024), realizada por pesquisadoras de diferentes instituições, que tem como objetivo compreender as políticas de Educação Infantil dos municípios que integram o Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil (FSMEI). Em interface com a Extensão, a pesquisa tem dupla finalidade: 1) fazer um mapeamento das instituições de Educação Infantil e sua gestão, considerando os aspectos: oferta e demanda por vagas, acesso e permanência, infraestrutura, condição docente, Educação Infantil rural e urbana, articulação com as redes parceiras e as redes de proteção nos municípios e processo educativo; 2) subsidiar o processo de formação de educadoras e educadores em encontros mensais do FSMEI. Este projeto nasce da experiência e atuação das professoras-pesquisadoras no FSMEI, algumas desde seu início, em 1999, e a necessidade de investigarmos as políticas públicas da Educação Infantil na região do sul de Minas Gerais.

Especificamente para este trabalho, trazemos um recorte da pesquisa sobre o primeiro eixo: a gestão da Educação Infantil nos municípios que integram o FSMEI e que se dispuseram a participar da pesquisa. Para tanto, optamos pela construção de um questionário a

ser respondido pelas Secretarias Municipais de Educação (SME). O questionário abarca apenas a Fase 1 desse primeiro eixo, voltado especificamente para as SME. A Fase 2 será sobre o processo educativo das instituições de Educação Infantil, após o mapeamento da gestão da EI nos municípios.

A construção do questionário envolveu escolhas de temas e perguntas que não são neutras, mas condizem com as dimensões as quais consideramos fazer parte do desenvolvimento e da gestão das políticas públicas de Educação Infantil e como elas estão articuladas com o desenvolvimento de uma educação voltada à democracia e justiça social. Qualidade é um conceito em disputa. Segundo Ana Bondioli (2004), a qualidade deve ser pensada em sua natureza transacional, participativa, autorreflexiva, contextual e plural, processual e transformadora. Logo, pensarmos que a qualidade é negociada, requer participação e deve estar pautada no projeto político-pedagógico de cada instituição e em seus desafios.

Quando se pensa na qualidade da Educação Infantil, são várias as dimensões que precisamos levar em consideração. Não apenas o trabalho educativo, o qual deve ser perpassado pelas interações e brincadeiras, múltiplas linguagens, escuta atenta, participação e autoria das crianças, desde bebês, relações étnico-raciais e de gênero, organização dos espaços, escolha e disponibilização dos materiais e distribuição do tempo, mas também pelo contexto institucional, tal como os processos de formação continuada da equipe docente, gestora e de apoio, as condições de trabalho, as concepções e as condições para o bem-estar das crianças, a articulação com a Rede de Proteção e a relação das instituições educativas com o território (SÃO PAULO, 2016).

Partimos do pressuposto que essas dimensões de qualidade devem constar das políticas públicas, em articulação ao documento orientador para a Educação Infantil brasileira, reconhecido por educadoras, educadores, pesquisadoras e pesquisadores do campo da Educação Infantil: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009).

Com base nesse documento e nas dimensões de qualidade apontadas, em maio de 2022, construímos e realizamos um pré-teste do questionário com dois municípios que, há longos anos, integram o FSMEI. A partir da aplicação, a equipe de pesquisadoras se reuniu com as pessoas responsáveis pelo preenchimento e discutiu percepções e possibilidades de melhoria do instrumento. Após cuidadosa revisão, o questionário foi enviado para os outros 23 municípios, que se manifestaram em participar da pesquisa, e os dados estão sendo coletados.

Apresentamos, neste trabalho, a estrutura do questionário, com os temas que o compõem, e as ações iniciais da pesquisa junto aos municípios. O questionário apresenta quatro seções: dados do município; gestão nas instituições educativas; caracterização das e dos profissionais que atuam nas instituições; articulação com a Rede de Proteção. De forma

detalhada, cada seção se compõe de várias perguntas, fechadas e abertas.

A primeira seção refere-se aos dados do município, tais como identificação da prefeita ou prefeito; número de habitantes da população rural e urbana; dados referentes ao sistema de ensino: se é autônomo ou se é ligado a alguma Secretaria; número de instituições de Educação Infantil na área rural e urbana; se são públicas, privadas ou conveniadas; número de matrículas, de vagas em espera e de crianças com deficiência e quais estratégias para expansão da oferta de instituições de Educação Infantil. Ainda nessa seção, questiona-se sobre a infraestrutura das instituições de EI, rurais e urbanas: como são os pátios, se há áreas verdes, bibliotecas, brinquedotecas, parquinhos, como são os sanitários, as salas de referência, etc.

A segunda seção se refere à gestão interna às instituições: se há coordenação; se sim, sua formação; se não, por qual motivo e quem desempenha a função; como é a contratação das e dos profissionais da EI e sua formação; como são usados os recursos do Fundeb nas instituições educativas de EI.

A terceira seção aborda a caracterização das e dos profissionais que atuam na EI: o número de docentes e auxiliares, segundo o sexo, raça-etnia, faixa etária; se há quem se identifique como pessoas transgêneras ou não-binárias. Sobre as auxiliares, questiona qual é a nomenclatura utilizada para se referir a essas profissionais. Há questões sobre as e os profissionais multidisciplinares: se há docentes de “conteúdos” específicos, como música, artes, inglês, educação física; se há equipe multidisciplinar; se há equipe especializada em crianças com deficiências; se há salas de Atendimento Educacional Especializado e a formação dessas pessoas. Ainda nessa seção, questiona-se sobre as condições de trabalho: se há plano de carreira; número de docentes e auxiliares com cargo efetivo e temporário; tipo de vínculo; jornada de trabalho; se é pago o piso salarial e qual o salário de acordo com as diferentes jornadas; e se há formação continuada para as e os profissionais.

A quarta seção trata da Rede de Proteção: se há articulação da Educação com outros setores; como ela é feita; se há projetos; quem coordena; se as famílias e profissionais da Educação a conhecem e têm contato.

A pesquisa se encontra na coleta e análise dos dados dos questionários e alguns resultados qualitativos começam a se delinear. Algumas pessoas responsáveis pela coleta, em seus municípios, afirmaram, em reuniões com as pesquisadoras, que a mobilização já contribuiu para conhecerem e organizarem as informações sobre suas instituições e a gestão da Educação Infantil que, antes, não estavam sistematizadas e que esse movimento está desencadeando outras ações importantes para a Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação Infantil; Fórum de Educação Infantil

**Referências bibliográficas:**

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BONDIOLI, Anna. Dos indicadores às condições do projeto educativo: um percurso pedagógico-político de definição e garantia da qualidade das creches da Região da Emília-Romanha. In: \_\_\_\_\_ (org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Trad. Fernanda Landucci Ortale & Ilse Paschoal Moreira. Campinas: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME / DOT, 2016.